

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**“ UMA ABORDAGEM PEDAGÓGICA SOBRE A ESCOLA E
FORMAS DE INCLUSÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS.”**

ANA KARLA GOMES GUERREIRO

FORTALEZA, OUTUBRO DE 2003

Monografia apresentada como requisito necessário à obtenção de Pós
Graduação da Universidade Federal do Ceará

ANA KARLA GOMES GUERREIRO

Monografia aprovada em ____/____

Professora orientadora: _____

Coordenadora do curso

Agradecimentos

Ao meu esposo, **Wellington Gondim Carneiro**, por todo apoio, carinho e dedicação que foram de fundamental importância para a realização deste trabalho.

À minha **família** e **amigos**, que de alguma forma me ajudaram na construção deste trabalho.

A todos os **professores** do curso de Inclusão da Criança Especial no Sistema Regular de Ensino.

Agradeço, acima de qualquer coisa, a **Deus**, por ter me permitido ultrapassar mais essa etapa em minha vida.

Sumário

Introdução -----	06
-------------------------	-----------

Capítulo I

1- A Escola -----	07
2- O professor -----	14
3- Histórico da Educação Especial -----	21
4- Fundamentação legal -----	24
5- Currículo -----	27

Capítulo II

6- A Educação Inclusiva -----	29
7- A arte –Educação -----	31
8- O jogo -----	36
9- Leitura e escrita -----	38
10- A Construção da Identidade -----	40
11- A Família -----	42
12- Conclusão -----	44
13- Bibliografia -----	46

Resumo

Esta monografia teve como objetivo dissertar sobre a escola e formas de inclusão das crianças com necessidades educativas especiais na sociedade atual.

Para subsidiar teoricamente este trabalho foram lidos vários autores que se manifestaram sobre o assunto abordando alguns aspectos acerca da forma como o aluno com necessidades educativas especiais apreende conhecimentos que sejam significativos para seu crescimento como cidadão participativo da sociedade.

A forma como ao longo da história esta parcela significativa de clientela vem sendo tratada e como os limites impostos por determinadas deficiências, ameaça o desenvolvimento normal de uma criança e sua adaptação a um mundo que constrói escolas e forma profissionais para as crianças ditas “normais”.

As orientações legais da nova LDB, Lei 9394/96, a Constituição Federal também foram usadas como base teórica.

Os pensamentos e ideais presentes na Declaração de Salamanca (1994) também fizeram parte desta dissertação.

Verifica-se que há muito a ser feito para solucionar alguns dos aspectos mais urgentes tais como currículos apropriados, professores capacitados para trabalhar com as diferentes “necessidades especiais” e sobretudo o cumprimento da lei em todas as escolas visando trabalhar de fato a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais.

Sabe-se, no entanto, que apesar do artigo 208 da Constituição Federal ser bem claro no que diz respeito a esses alunos, verifica-se uma grande dicotomia em relação ao que diz a lei ou ao que manifestam a fala dos professores.

Introdução

Esta dissertação versará sobre a Educação Inclusiva e os problemas surgidos na efetiva inserção dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares.

A preocupação relevante deste trabalho será escrever sobre os aspectos que muitas vezes acabam impedindo a implementação dos programas educacionais inclusivos.

Pretende-se modestamente contribuir com as discussões a respeito do assunto em questão e mostrar que só a união entre escola, família e sociedade poderá fazer surgir uma modificação no olhar para essas crianças ou adolescentes com necessidades educativas especiais.

O procedimento utilizado foi a pesquisa bibliográfica de vários autores que nos deram uma visão holística do problema vivido e sentido pelos ainda, em alguns casos, esquecidos e ignorados da sociedade.

CAPÍTULO I

1. A Escola

A Escola é a instituição que deve ser mais ligada e ativa dentro da realidade social, pois ela incute um trabalho sério e crescente, estimula, aprimora e organiza toda uma estrutura de base visando única e exclusivamente, tornar cada indivíduo em pessoas sóbrias e corretas. No entanto, muitas vezes esta instituição não desempenha essa função, ao contrário, ela não transmite um saber total, na maioria das vezes o conhecimento é dado de forma vaga, fazendo com que o aluno, não seja capaz de raciocinar concretamente querendo com isso assumir uma função falsa de autonomia diante dos condicionantes sociais.

A escola tem sido um grande e disfarçado instrumento de inculcação ideológica, à medida que difunde conhecimentos normais e valores, exercendo certas práticas que contribuem para reproduzir e perpetuar as distorções sociais, econômicas e culturais da sociedade de classes.

O sistema educacional tem sido altamente elitista. As classes economicamente desenvolvidas estudam em escolas particulares que oferecem ensino de melhor qualidade. As classes menos favorecidas recebem nas escolas públicas ensino altamente deficitário.

Desta forma a política educacional tem garantido às camadas privilegiadas da população as melhores oportunidades educacionais, contribuindo desta forma para, a manutenção de seus privilégios, outro fator que contribui de maneira decisiva para a reprodução da sociedade de classes é o fracasso escolar, constituído por altos níveis de repetência e por expressiva taxa de evasão.

A prática pedagógica está estruturada de tal forma que apenas uma minoria consegue vencer a “escalada” da escolaridade porque maneja com desenvoltura o saber

transmitido e todo o aparato escolar e a grande maioria que não se enquadra nos padrões escolares , vai ficando no meio do caminho.

Neste sentido Libâneo (1990) esclarece que :

“A educação antes de ser um processo de formação cultural, é um fenômeno social, portanto, a cultura e o indivíduo são determinados por condições sociais e políticas, caracterizadas pela existência de classes sociais antagônicas, com diferentes concepções de mundo , diferentes comportamentos sociais, valores e interesses.”¹

Desta forma percebe-se que o saber básico é acessível apenas a uma reduzida elite privilegiada. Conseqüentemente, cria-se um impasse , a escola não atende aqueles que mais dela necessitam para sua emancipação social.

Assim legitima-se a teoria do determinismo social, segundo o qual cada indivíduo está predestinado a permanecer em sua classe de origem o que significa em destino previamente traçado.

A explicação para as causas do fracasso escolar são as mais diversas a que nasceu na década de 40 e continua até os dias de hoje é a chamada “ideologia do Dom” ou seja, a culpa do fracasso é do próprio aluno.

Segundo este discurso, característico das classes dominantes, a escola oferece oportunidades iguais para todos. O sucesso ou o fracasso vai depender das características de cada um, dos seus dons, esforços pessoais, interesses, sem levar em consideração que nem sempre os que se esforçam vencem, e os que fracassam não se esforçaram.

¹ José Carlos Libâneo, a Democratização da Escola Pública. São Paulo, Ed. Loyola, 1990.

A partir do momento em que a escola foi percebendo que o fracasso escolar recaís sobre os alunos de baixo nível sócio-econômico, foi ganhando corpo uma outra linha de interpretação. A causa não poderia ser atribuída apenas ao aluno. A culpa passou a ser de sua família, do seu meio social, da desnutrição, etc.

Estas duas explicações para os fenômenos de evasão e repetência desempenham importante função ideológica que tem como objetivo primordial esconder as verdadeiras causas deste fracasso. Tanto o aluno quanto sua família não podem ser vistos isoladamente de seu contexto histórico, social, político, cultural e econômico.

As dificuldades sociais são um fato histórico. A escola, sozinha, não pode se responsabilizar por elas e nem intervir de forma decisiva, já que impossível existir uma escola igualitária em uma sociedade desigual.

No entanto, ainda que se possa alterar a origem das crianças carentes e a pobreza material de que são vítimas, a escola precisa operar de forma adequada às suas características.

O problema do fracasso escolar evidenciou-se a partir do momento em que as classes populares tiveram acesso à escola. Estes, que até então se destinava a elite social e econômica, teria que se reformular para atender ao novo tipo de cliente, isto não aconteceu. Faz-se necessário uma pedagogia voltada para este tipo de clientela que assegure a ela uma educação emancipadora e libertária, pois como diz Libâneo (1990):

“A pedagogia dos conteúdos de sentido crítico social afirma que a emancipação das camadas populares requer o domínio dos conhecimentos escolares como requisito essencial para a compreensão da prática

social, do movimento de desenvolvimento histórico do povo”.²

Neste contexto acredita-se que o trabalho na escola não é substituído pela prática política fora dela, antes a prática escolar é uma prática política, enquanto instância transformadora das consciências. Educa-se para a transformação quando se procura formar o cidadão, ou seja o “ser político”.

Dentro desse enfoque, não se pode considerar cidadão sinônimo de bom patriota, que respeita sem questionamentos, os valores preestabelecidos, leis, convencões, tradições e que preserva os interesses do poder econômico, político e social.

“Cidadão” é aquele que tem uma visão dinâmica, uma pessoa consciente, crítica e preparada para o exercício da cidadania, capaz de participar do processo de transformação social.

Neste sentido, é fundamental que a escola faça com que o aluno se conscientize a respeito dos verdadeiros problemas que fazem parte de uma sociedade capitalista.

Uma educação libertadora deve analisar os fatos sobre os aspectos históricos. A verdade não pode ser camuflada. O aluno precisa adquirir uma formação suficiente que o faça libertar-se de idéias, valores e práticas sobre a vida e o trabalho que são repassados desde cedo e que fazem com que o aluno pense, aja e sinta como convém a classe dominante. É preciso esclarecer que as diferenças sociais, a pobreza e a exploração não são naturais. Este tipo de educação deve fazer com que o aluno perceba que a realidade é construída pela ação dos homens e que só pode ser modificada pelo próprio homem. O aluno precisa saber que não é apenas vítima da história e que todos têm a capacidade de fazer a história a medida que se mobilizam e organizam por melhores condições de vida. Todos podem ser agentes sociais na escola, no bairro, na cidade e no país, pois segundo Mizukami (1999):

² José Carlos Libâneo op cit.

“Numa democracia autêntica, os indivíduos não se reduzem a objetos para o poder constituído, mas são co-responsáveis e co-participantes desse poder em forma de co-gestão”.³

Partindo desse princípio para que a prática pedagógica possa realmente contribuir para o processo de transformação da sociedade que aí está é necessário oferecer oportunidades de escolaridade a toda a população e em especial aos filhos da classe trabalhadora.

O processo de conscientização não se fará sem a socialização dos conteúdos. A própria ação do saber historicamente produzidos é pré-condição para a formação do cidadão ativo e participativo.

No entanto, se a escola quiser ela pode se modificar, pois não é uma instituição imutável, ao contrário, é bastante flexível, podendo sofrer qualquer tipo de transformação.

Franco deixa claro a função da escola com a seguinte afirmação:

“Concretamente a escola desempenha um papel preponderante de conservação da estrutura social vigente ainda que seu papel não se restrinja a isso . A escola não desempenha um importante papel no sentido de formar e aprimorar a força de trabalho e ratificar as desigualdades sociais.”⁴

³ Mizukami, Maria das Graças Nicoletti, As Abordagens do Processo. São Paulo, EPU 1996.

⁴ Luiz Antonio de Carvalho Franco, A Escola do trabalho e o trabalho da escola-S. Paulo, 1991 pág. 55.

Com esta afirmação Franco esclarece o verdadeiro papel da escola dentro do capitalismo em que vivemos, isso comprova que a escola não se preocupa com o desenvolvimento pessoal do aluno, na verdade o único objetivo da escola é aperfeiçoar o educando, para que este possa se tornar mais um componente do sistema social, ou seja, mais um empregado para ser dominado pelo sistema capitalista. Com isto o interesse imediato da escola é o de produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho transmitindo eficientemente informações precisas, objetivas e rápidas. No entanto, a escola apesar de estar trabalhando diretamente para o capitalismo ela muitas vezes cai em contradição gerando conflitos entre ela e a própria perpetuação das condições sociais existentes, a maior prova é o saber socializado, pois acontece tanto nas escolas elitistas quanto nas populares, apesar de sabermos haver algumas diferenças no que diz respeito ao material didático e pedagógico que difere muito de uma para a outra.

Percebe-se que a atuação da escola consiste em preparar o aluno para que este possa enfrentar o mundo adulto, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

No entanto para que isso aconteça é necessário que se tomem algumas medidas, principalmente em relação ao corpo docente, faz-se necessário que estes sejam verdadeiramente comprometidos com a educação e não transmissores do saber.

A Educação tende a refletir a filosofia política da sociedade em que está inserida se ela é democrática isso se refletirá na educação.

A afirmação “todos os homens são iguais perante a Lei” torna-se banal mas é importante para a educação, embora tenha sido usada para denotar igualdade perante a lei, foi também interpretada no sentido de igualdade de oportunidades. Esse conceito refere-se à oportunidade de educação para todas as crianças, ou seja, o direito que toda criança tem de receber ajuda para aprender até os limites de sua capacidade seja ela pequena ou grande.

O documento elaborado pela ONU em 1959 já definia os princípios a serem aplicados na educação para crianças com necessidades educativas especiais:

“A criança incapacitada física, mental ou socialmente serão proporcionadas o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos por sua condição peculiar.”⁵

Tais princípios assumem caráter de urgência exigindo propostas concretas e soluções práticas sobretudo quando se trata de criança portadora de deficiência.

No Brasil a educação de alunos portadores de deficiência como fato social prende-se historicamente a uma política paternalista em relação aos grupos minoritários de deficientes protegidos em grandes escolas especializadas mas isoladas do ambiente educacional dos denominados “normais”. Entretanto sob o ponto de vista pedagógico o pioneirismo dessas instituições principalmente no que diz respeito ao deficiente visual com a criação do Instituto Benjamin Constant muito tem contribuído para o aperfeiçoamento e difusão de recursos e programas de educação e reabilitação do deficiente visual bem como para a criação de outros estabelecimentos congêneres e reformulação de uma filosofia de educação nesta área.

⁵ Organização das Nações Unidas, 1959.

2. O Professor

A figura do professor tem sido vista de várias formas ao longo da história da educação brasileira.

Na descoberta do Brasil ele se identificava com o jesuíta preocupado em evangelizar e educar para as primeiras letras. A partir da Revolução Francesa a figura do professor vem sofrendo transformações, passando gradualmente a ser visto não mais como transmissor de conhecimentos e cultura, mas como orientador da aprendizagem efetivador de maneira ativa pelo aluno, que aprende a partir da pesquisa e da descoberta.

Tem-se observado no entanto que a prática pedagógica da grande maioria dos professores se caracteriza pelo amor do mesmo.

Muitos a executam inspirados no comportamento de professores que marcaram sua trajetória escolar, outros acham que basta Ter boa vontade e bom senso.

Todos esses fatores são importantes, no entanto sozinhos não determinam um desempenho processual satisfatório. O professor precisa adquirir competência técnica que se caracteriza pelo domínio do conteúdo e teoria pedagógica, neste sentido Madalena Freire (1996) afirma que:

“Toda pedagogia sedimenta-se num método. Maneira de organizar com disciplina a ação pedagógica segundo certos pressupostos teóricos”.

Portanto o professor precisa saber dar aula, controlar disciplina, dominar o conteúdo, procurar a melhor maneira de transmitir e acompanhar a aprendizagem.

Na verdade os desafios a que professor se submete são enormes, o que vai exigir muita competência de sua parte. No seu cotidiano de sala de aula , o professor

normalmente enfrenta classes numerosas , espaço físico inadequado, problemas de evasão e repetência, isto sem falar em todos os problemas que os alunos trazem de casa, como defasagem cultural, grande passividade, agressividade, alienação e falta de interesse.

Sabe-se no entanto que a escola é muito mais determinada que determinante. Ela é o resumo de múltiplas determinações sociais.

Na verdade por mais eficiente que o professor possa ser ele não consegue resolver os problemas da educação brasileira, mas apesar de todos os determinismos sócio-econômico-político, é necessário que se questione também a ação da escola. É bem mais fácil racionalizar a deficiência da escola lançando a culpa apenas nas causas fora dos seus muros. O professor na verdade precisa reconhecer a especificidade da escola e sua responsabilidade no equacionamento desses problemas.

Existe um espaço especificamente escolar que pode e deve ser trabalhado. E é neste espaço que deve haver um momento de superação e uma proposta de ação. É aí que o compromisso do professor com a eficiência do ensino deve fazer-se presente. O fracasso escolar tem muito haver com o que a escola e os professores fazem ou deixam de fazer. Há uma série de determinantes intra-escolares que gera ou mantem esse fracasso e sobre os quais o educador pode Ter uma ação mais direta, pois segundo Vianna (2000) o professor é:

“Alguém que expressa uma doutrina pedagógica que, implícita ou explicitamente, se baseia numa filosofia de vida uma concepção de homem e da sociedade. As características de seu trabalho decorrerão de uma opção pessoal e consciente”.⁶

Neste sentido o professor deve Ter uma boa relação afetiva, bom relacionameto, respeito mútuo e compreensão pois estes aspectos são dimensões

⁶ Ilca de Oliveira de Almeida Vianna. Planejamento Participativo na Escola, São Paulo, 2000.

significativas do processo ensino aprendizagem. Sabe-se que grande maioria dos alunos dão ênfase muito grande aos aspectos afetivos.

O professor que estabelece uma boa relação com os alunos tem uma maneira característica de ensinar, avaliar e tratar questão de controle de disciplinas.

Esse tipo de professor sente-se responsável, pela aprendizagem, pelo nível de satisfação do aluno e utiliza uma metodologia dinâmica, participativa e estimulante. Os alunos não gostam de professores que os abandonam a própria sorte como se pudessem sozinhos alcançar os objetivos da educação.

Os alunos apreciam professor exigente que sabe ser enérgico nas horas certas, que exige seus direitos, controla a disciplina. Aproveitar bem o tempo faz o aluno participar e trabalhar.

O papel do professor é insubstituível na direção do processo transmissão assimilação do conteúdo. Ele deve assumir um papel diretivo necessário. Conhecimento exige responsabilidade, disciplina e determinação. Não se pode permitir que o professor seja permissivo e sem direção. Esta posição, no entanto, não envolve autoritarismo que é uma atitude reprodutora das relações sociais opressivas. O autoritarismo se manifesta pelo tom impositivo verticalista, hierárquico de alguém superior comandando subordinados.

A autoridade, pelo contrário advém naturalmente da competência do professor como profissional. Um professor obtém autoridade, quando domina bem o conteúdo e a forma de apresentá-lo, quando estabelece com os alunos um diálogo aberto e respeito mútuo. É claro que o professor é diferente do aluno. Não existe igualdade nesta relação. No entanto deve existir um clima de democracia. O problema de controle de disciplina está diretamente ligado à postura profissional do professor.

É bem verdade que existem muitas limitações que impedem que os professores exerçam essa função com melhor eficácia. A superação da maioria delas no entanto não

depende exclusivamente dele nem do sistema escolar isto depende principalmente da transformação de estrutura social, mas mesmo em relação a esse aspecto, professor pode desempenhar um papel muito importante. Ele, mais que qualquer outro profissional, tem enormes possibilidades de ser um agente de transformação social.

Para tanto, é preciso que se proponha a Ter uma participação ativa no processo pedagógico. Deverá indagar-se constantemente sobre a legitimidade dos meios pedagógicos da escola, sobre os objetivos propostos, sobre o conteúdo apresentado, sobre os métodos utilizados, enfim, sobre o sentido social e político de sua própria atividade docente, caso contrário poderá ser aquele tipo de professor que como diz Vianna (2000):

“transmitirá aos alunos noções e princípios que garantam a hegemonia de classe dominadora, multiplicará a quantidade de conhecimentos superficiais a serem ensinados aos educandos fazendo-os crer que aprendeu o que é mais importante para sua condição de inferiores e dominados”.⁷

Por tudo deste princípio o professor, portanto em sua atividade docente poderá estar trabalhando para mudar a sociedade, ou para conservá-la na forma em que ela se encontra.

Neste sentido Nidelcoff (1981) apresenta ainda três tipos de postura de professor:

“a) Existem mestres para quem tudo está bem do jeito que está e para quem os valores e as características de sociedade atual não devem mudar e devem mesmo ser defendidas. Eles atuam

⁷ Ilca Oliveira Vianna, op cit.

conscientemente como representantes do atual regime social, assumindo a responsabilidade de incorporar os alunos a tal regime, e de adaptá-los ao sistema devido e aos valores que a sociedade propõe”.⁸

Ainda dentro desta postura Vianna (2000) esclarece que o professor:

“enquanto pessoa imbuída da doutrina capitalista de concentração do poder e do saber nas mãos de uma elite dominante, é um agente de manutenção e apologia do “status quo”... Agindo dessa maneira, o professor afirma-se como reprodutor da cultura das classes dominantes.”⁹

Tal postura reforça a idéia de que a escola é instrumento a serviço da burguesia e das classes que se revezam no poder e usam a escola como reprodutora das diferenças sociais.

Outro tipo de professor segundo Nidelcoff é aquele onde se encaixa a maioria é:

“definem-se a si mesmos como “professores” e nada mais. Afirmam que a “escola é escola e política é política”. Em outras palavras eles não percebem ou não querem perceber as implicações ideológicas e sociais de muitas das tarefas e das metas escolares. Com sua atitude aparentemente apolítica e sua postura acrítica, eles se convertem de fato policiais – guardiões do regime social – sem sabê-lo e muitas vezes sem querê-lo”.

⁸ Maria Tereza Nidelcoff. Uma Escola para o Povo. São Paulo. Brasiliense, 1980.

Ainda segundo Nidelcoff a terceira postura do professor pode ser defendida como:

“o“ professor – povo”. Ele não acredita que sua função seja difundir entre o povo os valores do opressor. Ao contrário, acredita que o sentido de eu trabalhar é ajudar o povo a se descobrir, a se expressar, a se libertar... professor - povo é aquele que quer contribuir através do seu trabalho para a criação de homens novos e para a edificação de uma sociedade onde se dê primazia aos despossuídos e onde o povo se torne protagonista. Ele será um professor para modificar, não conservar.”¹⁰

Desta forma o professor com sua ação pode contribuir para manter e perpetuar a estrutura social, suas desigualdades e privilégios ou pode contribuir para promover a igualdade social e a superação das discriminações e da marginalização.

Pode-se dizer então que aquele professor pretendente assumir um compromisso com luta contra discriminações e desigualdades sociais, deve procurar adquirir uma formação política libertadora.

Vale destacar que o educador dotado de uma formação política libertadora está automaticamente, disponível para adquirir uma preparação técnica e uma formação humana.

⁹ Ilca Oliveira Vianna, op cit.

Desta forma o professor deverá ser segundo Vianna (2000):

“um elemento criador de uma prática política. Para isso ele nunca poderá ser um indivíduo ausente de sua realidade. Primeiramente deve conhecê-la para aceitá-la ou constestá-la.”¹¹

Sendo assim se ele tem consciência da importância social, cultural e política de seu trabalho e da dimensão transformadora de sua ação, se conduzirá com responsabilidade e seriedade, o que exigirá obrigatoriamente preparação técnica e humana para o exercício profissional.

Para que se tenha nas escolas profissionais competentes e capacitados para trabalhar com o aluno portador de necessidades educativas especiais faz-se necessário uma ampla revisão de conceitos e ações em prática, ou seja profissionalizar o profissional da educação para atuar significativamente dentro da sala de aula fazendo assim acontecer a educação inclusiva de forma concreta e real.

¹⁰ Maria Tereza Nidelcoff. Uma Escola para o Povo. São Paulo Brasiliense, 1980.

¹¹ Ilca de Oliveira Vianna op cit.

3. Histórico da Educação Especial

A Educação Especial é uma modalidade de educação voltada para os alunos que apresentam necessidades educativas especiais, utiliza-se de recursos específicos, objetivando proporcionar a valorização das potencialidades desses alunos, promover sua integração psicossocial, sua profissionalização e assim formar cidadãos produtivos, aceitos e participativos.

Mas nem sempre foi assim, antigamente os “deficientes” eram segregados, afastados de qualquer convívio social, pois sua deficiência era vista como uma maldição. Afinal o que era diferente era desconhecido e misterioso e o desconhecido era fonte de medo. Daí ao preconceito era um pulo e daí a exclusão absoluta das” pessoas diferentes”.

Só a partir do século XIX é que se começou a estudar os deficientes de modo a procurar respostas para seus problemas, começou assim a segregação institucional. O deficiente era tratado como um doente em alguma instituição e excluído da família e da sociedade.

No Brasil, o atendimento aos portadores de deficiência começou oficialmente no dia 12 de outubro de 1854 quando D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro. Em 1942, já havia no país 40 escolas públicas regulares que prestavam algum tipo de atendimento a deficientes mentais e 14 que atendiam a alunos com outras deficiências.

A necessidade de uma política de educação especial foi delineada nos anos 70, quando o MEC assumia que a clientela da Educação Especial é aquela que requer cuidados especiais no lar, na sociedade e na escola e a expressão “alunos excepcionais” foi substituído por “alunos portadores de necessidades educativas especiais”. Em 1990, na Tailândia foram lançadas as sementes da política da Educação Inclusiva.

No entanto sabe-se que ao longo da história a educação especial, na maioria dos países, tem grosso modo, seguindo um padrão semelhante em sua evolução. Num primeiro momento, caracterizado pela segregação e exclusão, os portadores de necessidades educativas especiais são simplesmente ignorados, evitados, abandonados ou encarcerados.

Num segundo momento há uma modificação do olhar a respeito da referida “clientela”, que agora passa a ser percebida como possuidora de certas capacidades, ainda que limitadas como por exemplo, a de aprendizagem. Mesmo assim, ainda predomina um olhar de tutela e a prática correspondente no que diz respeito aos “excepcionais”, muito embora já não seja mais a de rejeição e medo, ainda é excludente, a medida que se propõe a “protegê-los” utilizando-se para tanto, de asilos e abrigos dos quais estas pessoas raramente saem e nos quais são submetidas a tratamentos e práticas no mínimo alienantes.

Ocorre no entanto um terceiro momento, marcado pelo reconhecimento do valor humano desses indivíduos. E como tal, o reconhecimento de seus direitos. A maioria dos países, esse momento tem se acirrado em especial a partir da década de 60.

Um ponto interessante que pode ser notado diz respeito ao fato de que a história da educação especial na maioria dos países vem registrando, salvo devidas exceções, um certo atraso com relação ao desenvolvimento da história geral, pelo menos no que se refere as mudanças de valores relativos aos direitos humanos.

Cresce, portanto, a importância da inserção de todos num programa educacional que pelo menos lhes tire da condição de ignorância. Em consequência cresce também a necessidade de se planejar programas educacionais flexíveis que possam abranger o mais variado tipo de alunado e que possam ao mesmo tempo oferecer o mesmo conteúdo curricular sem perda da qualidade do ensino e da aprendizagem.

A Declaração de Salamanca (1994) com seus aspectos inovadores reformulou e traçou diretrizes básicas para a reforma de políticas e sistemas educacionais.

Em seu texto afirma (UNESCO, 1994) a Conferência de Salamanca:

“proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da escola de “educação para todos “ formada em 1990 (...) ela promoveu a discussão de garantia de inclusão das crianças com necessidades educativas especiais nessas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem”.¹²

A Declaração propões também que o conceito de necessidades educativas especiais seja ampliado e que passe a incluir, além das crianças com deficiência, aquelas que estão experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola.

Da mesma maneira que a educação especial a educação regular também sofre sérias consequências o contingente de alunos que fracassam e que por consequência são excluídos do sistema escolar é cada vez maior, o que deveria por si só levar a sociedade a repensar a prática educativa e o tipo de educação que está sendo repassada para esses alunos por professores mal preparados descompromissados devido a um que paga mal e não valoriza os profissionais da educação.

¹² UNESCO (1994): Conferência Mundial sobre necessidades especiais na educação- pág. 15.

4. Fundamentação Legal

Em dezembro de 1996 foram aprovadas quase que simultaneamente a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (9394/96) e a legislação que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério decorrente da emenda constitucional número: 14 de 12/09/96.

O fato da LDB Ter sido votada nesta conjuntura de reformas não pode ser creditada ao acaso, isto faz parte de uma visão reducionista do papel do Estado em relação as políticas públicas baseadas por sua vez numa clara concepção da sociedade.

Até o advento da lei 5692/71 a escola atendia exclusivamente a uma minoria privilegiada, com a proposta de ampliar o número de vagas, passou a atender também as classes menos favorecidas da nossa sociedade. Ocorreu então o que se chamou de massificação do ensino, a quantidade de brasileiros na escola passou a ser a maior preocupação da política educacional do país.

O movimento pela escola pública teve seu início na década de 50, mas esta mobilização foi reprimida após o golpe de 64, impondo a censura e o silêncio que só voltou a ser quebrado a partir do final dos anos 70. Emergiram então movimentos de base que visavam desde melhorias para o bairro até grandes mobilizações nacionais.

Desta mobilização tomaram impulso as opressões pela democratização da gestão em todas as instituições, particularmente nas escolas. No início dos anos 80 ganhou corpo o movimento de renovação pedagógica que lutava pela escola pública e democrática, ao mesmo tempo que os profissionais da educação travavam uma grande batalha pela aprovação da nova lei de diretrizes e bases (9394/96). Em cada um dos movimentos, diferentes concepções e práticas sobre a democratização da educação se confrontaram.

A Lei de Diretrizes e Bases teve sua aprovação oito anos depois de seu projeto Ter dado entrada no Congresso Nacional. É uma lei que retrata os anseios da sociedade

brasileira pautada nos ideais de uma escola pública de qualidade para todos e uma visão inclusiva das crianças e adolescentes portadores de necessidades educativas especiais.

A educação dos alunos portadores de necessidades educativas especiais tanto esteve garantida legalmente na lei 5692/71 em seu artigo nono quanto na nova Lei de Diretrizes e Bases (9294/96) em seu capítulo V artigo 58 que assegura o seguinte:

“Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os portadores de necessidades especiais.”¹³

Verifica-se neste caso o amparo irrestrito da nova LDB aos alunos com necessidades especiais. Mas embora se tenha apoio e segurança é importante estar-se atento aos aspectos de extensão, intensidade, sistematização, quantidade e qualidade de tudo que deve ser oferecido aos agrupamentos especiais.

No entanto o atendimento educacional especializado sempre teve suas dificuldades geradas dentro das próprias leis que tratam do assunto de forma evasiva e sem uma obrigatoriedade. A Lei 4024/61 no artigo 88 título X “Da educação de Excepcionais” dizia o seguinte:

“A educação de excepcionais deve no que for possível enquadrar-se no sistema geral de educação a fim de integrá-los à comunidade.”¹⁴

Sabe-se, no entanto, que esta determinação dificilmente aconteceria devido sobretudo ao preconceito e ao estigma sofrido pelos portadores de qualquer tipo de deficiência.

¹³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394/96 art. 58.

A Constituição Federal (1988) em seu artigo 208, item III determina que;

“O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência será dado preferencialmente na rede regular de ensino.”¹⁵

Percebe-se aqui uma preocupação latente com a inclusão da criança com necessidades educativas especiais ao sistema regular de ensino. A política educacional do município na Constituição Estadual de 1989 em seu artigo 229 determina que:

“Fica assegurada as pessoas portadoras de deficiência, educação em todos os graus quer em classes especiais quando for necessário.”¹⁶

A Constituição Estadual deixa a critério da sociedade a inclusão ou não da criança portadora de necessidades educativas especiais nas escolas regulares. Percebe-se ainda um pouco de segregação e de exclusão para os portadores de necessidades educativas especiais ainda são ignorados, evitados e abandonados em escolas com professores sem preparação pedagógica específica para trabalhar com as necessidades específicas de cada um.

A Lei Federal 7853 dispõe também sobre o apoio aos deficientes e sua integração social definindo o preconceito como crime. Nesse sentido nenhuma escola ou creche pode recusar sem justa causa o acesso do deficiente à instituição.

Pode-se perceber uma preocupação por parte dos órgãos competentes em trabalhar a inclusão de forma total.

¹⁴ Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional- artigo 88/ título X- pág. 52.

¹⁵ Constituição Federal 1988 art. 208 item III pag. 131.

¹⁶ Constituição Estadual 1989 artigo 229.

5. Currículo

A escola inclusiva deve ter a preocupação de um currículo inclusivo que trabalhe de forma articulada os conteúdos e que estes sejam significativos para os alunos com necessidades educativas especiais.

A escola atualmente já discute a necessidade de trabalhar a inclusão de forma holística tendo como parâmetro o sujeito que pode desenvolver capacidades cognitivas, que sejam essenciais para transformá-lo num cidadão que participe da sociedade.

A dificuldade de um currículo inclusivo ocorre logo ao planejar o conteúdo programático dos cursos de forma que não substitui, limite ou exceda as potencialidades dos alunos especiais.

O currículo inclusivo deverá proporcionar ao aluno o saber pensar e aprender a aprender, o que demonstra não somente habilidades de estilo formal e inovador, mas sobretudo a qualidade política da quem ao mesmo tempo que maneja bem o conhecimento, também o humaniza.

Essa aprendizagem supões um processo reconstrutivo dos alunos, enquanto processo emancipatório de dentro para fora, ou seja, fundamentando na noção de sujeito capaz com história própria e participação coletiva com competência, autonomia e compromisso voltado para a cidadania.

O professor tem um papel essencial nesse processo enquanto orientador, pois não se aprende sozinho precisa-se de motivação humana.

A escola, no entanto, deve estar atenta a modernização e a diversidade, adotando uma atitude positiva, com o compromisso de valorizar as potencialidades e necessidades individuais, estimulando o aluno a aprender.

Cabe ao professor e a escola o desafio de descobrir o que se pode fazer para melhorar a inclusão e permanência do aluno portador de necessidades educativas especiais.

Para que isto de fato aconteça faz-se necessário que governos e demais implicados possam Ter com relação ao processo de transformação da educação um paradigma de exclusão para um que seja de inclusão. A capacitação de profissionais da educação especial é outro fator que deve ser levado em consideração na hora de implementar um currículo inclusivo.

A nova LDB em seu artigo 59 prega que:

“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: § 1 currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender as suas necessidades.”¹⁷

Desta forma percebe-se que a escola inclusiva insere-se no conceito amplo de perspectiva educativa funcional.

Este conceito admite que a funcionalidade deve fazer parte da orientação educativa de um significativo número de matérias que deverão compor o currículo com vistas a permitir a aquisição de conhecimentos que integrem o aluno com necessidades educativas especiais e os transformem em indivíduos cidadãos sabedores e conscientes de seus valores e direitos.

Neste contexto, cresce, portanto a importância da educação e, mais ainda, a importância da inserção destes alunos num programa educacional que lhes dê perspectivas de crescimento pessoal e intelectual em consequência existe a necessidade de se planejar programas educacionais que possam abranger este tipo de alunado e que possam oferecer o mesmo conteúdo curricular sem perda da qualidade do ensino e da aprendizagem.

¹⁷ Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. Artigo 59, parág. 1 , 9394/96.

CAPÍTULO II

6. Educação Inclusiva

Antes de se falar sobre educação inclusiva faz-se necessário desvelar o significado do termo inclusão e sua implicação na escola regular visando a integração do aluno com necessidades educativas especiais, estabelece-se a Educação Inclusiva prevendo uma reestruturação das escolas de maneira que passam a responder aquelas necessidades, deve haver um cuidado especial nos ritmos de aprendizagem reconhecendo-se as necessidades especiais e buscando a qualidade da Educação.

A orientação inclusiva da escola constitui a principal vertente da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) pela qual as escolas regulares são consideradas como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias criando comunidades abertas e solidárias construindo uma sociedade inclusiva atingindo a educação para todos. Fica implícita no entanto uma mudança fundamental no que diz respeito às formas como são encaradas as dificuldades educativas.

Os alunos que são considerados como tendo necessidades educativas especiais passam a ser reconhecidos como um estímulo que promove estratégias destinadas a criar um ambiente educativo mais rico.

Garcia entretanto salienta que:

“cada vez mais vem se formando a necessidade de incorporar nos programas de formação de professores conteúdos para aquisição de conhecimentos, competências e atitudes que permitam aos professores em formação compreender as complexas situações de ensino, enfatizando especialmente estimular atitudes de

abertura, reflexão, tolerância, aceitação e proteção das diferenças individuais e grupais.”¹⁸

Com base no texto acima apresentado é relevante apontar a concepção de Garcia (1999) sobre a formação do professor como sendo a área de conhecimento mais determinante para trabalhar com os alunos que têm necessidades educativas especiais.

A Educação inclusiva prioriza a matrícula das crianças em escola regular e lança o desafio de as escolas desenvolverem uma pedagogia mais centrada na criança, educando com sucesso aquelas que apresentam necessidades educativas especiais.

Deve-se, no entanto, Ter presente que a inclusão na escola regular não resolve a questão da deficiência específica da criança, haja vista que é um problema real e cíclico e que só os professores não têm peso suficiente para mudar o “status quo”.

A prática da educação inclusiva significa a modificação da sociedade pré-requisito para pessoas com necessidades educativas especiais buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania.

Neste sentido faz-se necessário prepararmos a escola , a família e a sociedade para incluir nela o aluno especial e não o contrário uma vez que as mudanças deverão partir desta sociedade que segrega e discrimina e não se pode pensar ingenuamente que é a Lei que vai resolver esta questão.

¹⁸ M.C. Garcia: Formação de Professores Para Uma Mudança Educativa- Lisboa, 1999.

7. A Arte - Educação

A arte como processo cultural apresenta dimensões artísticas e estéticas. A arte-educação também segue o mesmo princípio, quando permite ao aluno a possibilidade do fazer, do exprimir e do refletir sobre a sua produção e a dos outros. Nesse sentido, a arte e educação complementam-se na medida em que uma fornece subsídio para o desenvolvimento da outra em um processo de inter- relações constantes que culminam com uma educação estética.

A arte- educação especial tem como objetivo trabalhar no indivíduo especial a aquisição e o desenvolvimento de habilidades que favoreçam seu processo de integração sócio- cultural.

A tarefa do educador é ensinar à criança a conviver e se situar dentro do grupo. Faz-se necessário, no entanto, oferecer a ela experiências necessárias para que ela descubra seu próprio mundo e suas relações com as pessoas e as coisas e principalmente que descubra suas possibilidades e que tenha oportunidade de fazer uso delas.

É importante ressaltar, no entanto, que o desenvolvimento cognitivo varia de indivíduo para indivíduo e que as práticas pedagógicas têm que ser estabelecidas de acordo com as necessidades do educando levando em conta seu desenvolvimento cognitivo e biopsicossocial.

Ao deparar-se na complexidade do universo da arte, o indivíduo com necessidades educativas especiais pode trabalhar seus sentimentos em relação à sociedade, que, na maioria das vezes, o discrimina ou segrega, devido aos preconceitos e aos estigma.

O trabalho com arte é capaz de transformá-lo em um ser humano socialmente ativo com uma auto-estima positiva e uma função social determinada.

Estudos têm demonstrado como a arte pode ser deflagradora do potencial latente em cada pessoa por meio do desenvolvimento da imaginação, da criatividade e de suas potencialidades. Ela enriquece a realidade historicamente construída tornando-a cada vez mais humana.

O processo pelo qual o indivíduo apreende padrões sociais de comportamento que variam conforme os grupos a que pertencem é denominado pelas ciências humanas como socialização.

A socialização envolve relações dialéticas entre o indivíduo e o meio, como processo interativo possibilita o ingresso da criança na sociedade.

Sendo um processo dialético tanto a criança molda a sociedade como a sociedade molda a criança é um processo de reciprocidade constante.

Outro fator para a socialização são as referências sociais que a criança estabelece com a família, ela será a responsável pelos fatores significativos que irão favorecer a socialização da criança.

Nesse sentido os educadores e familiares com quem a criança compartilha suas vivências nos anos iniciais de vida atuam como fortes modelos de identificação social. Para o portador de deficiência, a família e a escola são as instituições que mais contribuem para o desenvolvimento e sua socialização.

O trabalho da educação especial tem um papel preponderante no processo da socialização favorecendo atividades significativas para que esses alunos sejam capazes de interagir com seus pares e com o mundo ao redor, inferindo sobre suas vidas e conquistando sua autonomia.

Na busca de um ser humano autônomo a arte-educação inclusiva permite que os alunos se expressem socializando seu universo interior que pode ser partilhado por todos.

Da mesma forma, nas instituições de atendimento educacional infantil as pessoas responsáveis pelos cuidados básicos das crianças têm um papel relevante para a formação dos primeiros elos sociais.

A parte socializada da individualidade é designada de identidade. A identidade pode ser atribuída ou adquirida por meio do processo de interação com os outros ou seja, a identidade é uma inter-relação entre a identificação e a auto-identificação. Nesse sentido os educadores e familiares com quem as crianças compartilham suas vivências nos anos iniciais de vida atuam como fortes modelos de identificação social.

A socialização é um processo contínuo, não termina quando a criança se torna participante ativo da sociedade! O alcance e a intensidade da socialização continuam depois da primeira infância.

Para o portador de necessidades educativas especiais, a família e a escola são as instituições que mais contribuem para o seu desenvolvimento e socialização.

Ao sair do círculo restrito da família a criança com necessidades educativas especiais começa a interagir com um círculo mais vasto de relacionamentos, proporcionado pela escola, em um ambiente onde coexistem vários padrões de comportamentos e inúmeras possibilidades de relações. A partir da aceitação de suas potencialidades é que o aluno com necessidades educativas especiais poderá encontrar seu espaço de identificação por meio da arte.

A arte está presente na vida de todos, e no caso dos alunos com necessidades educativas especiais, assume um papel importante na formação de sua personalidade como ser social, uma vez que se torna veículo de comunicação entre as pessoas.

A arte facilita o desenvolvimento global do aluno trabalhando suas emoções e habilidades, promovendo sua socialização, e em alguns casos propiciando a inserção desse aluno no mercado de trabalho.

Em um contexto a escola é um espaço de vivências e de construção do conhecimento! O ensino da arte na escola busca promover o desenvolvimento das potencialidades individuais, dos espírito de integração em grupo e da formação do indivíduo conhecedor do legado artístico – cultural da humanidade.

A arte na educação especial tem condições de promover o desenvolvimento da motivação e da criatividade do aluno, uma tentativa de torná-lo um sujeito mais sensível e aberto para descobrir suas habilidades.

A educação por meio da arte permite ao aluno expressar suas emoções, seus sentimentos e interagir com as pessoas e o ambiente. Neste sentido a arte é potencializadora da auto – estima e da auto- confiança e é extremamente importante para o desenvolvimento da criança com necessidades educativas especiais.

Se o arte- educador for capaz de despertar o prazer de vivenciar a arte, estará contribuindo para o crescimento pessoal de seus alunos.

A construção da arte- educação no espaço da educação vem crescendo significativamente tendo em vista os aspectos e as novas abordagens educacionais.

Em um contexto em que a exclusão sócio-cultural é dominante, falar de inclusão social das minorias e das pessoas com necessidades educativas especiais, significa atuar, enquanto educador, em direção à conquista de direitos iguais para todos. O educador nesse sentido enfrenta o desafio de contrapor-se aos preconceitos e estigmas em uma postura de respeito e valorização da pessoa com necessidades educativas especiais.

Acredita-se que um trabalho constante, coerente e organizado será capaz de fazer emergir todo o potencial criador do indivíduo e torna-lo um agente social em pleno exercício da cidadania.

A esse respeito Fisher fala que:

“a arte é o meio indispensável para essa união do indivíduo com o todo reflete a infinita capacidade humana para associação e para a circulação de experiências e idéias.”¹⁹

Neste sentido ao se abordar o tema arte no processo escolar das pessoas com necessidades educativas especiais tem-se a possibilidade de refletir, de concentrar esforços e recursos humanos e materiais, os quais associados às diferentes linguagens artísticas, contribuem para o processo de desenvolvimento global desses alunos.

¹⁹ Ernest Fisher: A Necessidade da Arte- Rio de Janeiro, Zahar/ 1981.

8. O Jogo

O ato de jogar é tão antigo quanto o próprio homem, pois este sempre manifestou uma tendência lúdica, isto é, um impulso para o jogo. Determinados autores vão mais longe afirmando que o jogo não se limita apenas ao ser humano, pois seria anterior a ele e já era praticado por alguns animais.

Johan Huizenga (1971) diz que:

“Os animais brincam tal como os homens... convidam-se uns aos outros para brincar mediante um certo ritual de atividades e gestos. Respeitam a regra que proíbe de morderem com violência a orelha do próximo. Fingem ficar zangados e o que é mais importante eles parecem experimentar um imenso prazer e divertimento”²⁰

Para Piaget a atividade lúdica dos animais é de origem reflexa ou construtiva (lutas, perseguições) já para a criança “ela supera amplamente os esquemas reflexos e prolonga quase todas as ações”(Piaget, 1971; pág. 146).

Nesta perspectiva o jogo ultrapassa a esfera da vida humana, sendo, portanto, anterior à cultura.

Foram vários os autores que se dedicaram ao estudo de origem do jogo tentando explicar sua origem e dando critérios classificatórios, dentre eles podemos citar Piaget, Cláparede, Gross e Stern.

Dentre estes Piaget foi quem elaborou o estudo mais completo sobre a evolução do jogo na criança, ele verificou um impulso lúdico já nos primeiros meses de vida, na forma do chamado jogo sensório-motor , do segundo ao sexto ano predomina sob a

forma do jogo simbólico, para se manifestar a partir da etapa seguinte, através da prática do jogo de regras.

A atividade lúdica surge em primeiro lugar sob a forma de simples exercícios motores, dependendo, para sua realização, apenas a maturação do aparelho motor.

O jogo simbólico se desenvolve a partir dos esquemas sensório-motores que a medida que são interiorizados dão origem à imitação e, posteriormente, à representação. A função desse tipo de atividade lúdica de acordo com Piaget (1969) :

“consiste em satisfazer o eu por meio de uma transformação do real em função dos desejos; a criança que brinca de boneca refaz a sua própria vida corrigindo-a à sua maneira e revive todos os prazeres ou conflitos resolvendo-os”²¹

Neste contexto pode-se verificar que o jogo é parte fundamental para a formação da criança e construção de sua própria identidade social.

O jogo é portanto fator determinante para que a criança com necessidades educativas especiais seja socializada dentro das classes regulares. No jogo não existem diferenças que não possam ser vencidas, além disso ele possibilita a essas crianças a construção do eu individual e do eu social e contribui para o treinamento das funções tanto psicológicas quanto psíquicas que permitem à criança com necessidades educativas especiais trabalhar seus movimentos mais amplos com os quais ela é estimulada a compreender seu corpo, podendo afirmar-se e obter autonomia, auto-estima e auto-confiança, tornando-se uma criança mais apta a conviver com o mundo e afirmar-se como pessoa dentro da sociedade.

²⁰ Johan Huizenga: Homo Lúderis- O Jogo com Elemento de Cultura; S. Paulo/ 1971, pág. 03.

²¹ Jean Piaget: Seis Estudos de Psicologia; Rio de Janeiro/ 1969, pág. 29.

9. Leitura E Escrita

A aprendizagem oral e escrita é um dos elementos mais importantes para as crianças, pois, permite que elas ampliem suas possibilidades de inserção e de integração nas diversas práticas sociais, assim Ferrero (1985) diz que o sujeito piagetiano é o que:

“... procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca.”²²

Assim, a linguagem deve contribuir para a formação do sujeito na sua interação com o outro na descoberta de novos conhecimentos no desenvolvimento do pensamento lógico na solução de problemas vivenciados na sua relação com a sociedade.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional, a educação do indivíduo visa promover experiências significativas de aprendizagem da língua e enriquecer a capacidade de comunicação e expressão associando as competências linguísticas básicas.

A criança ao entrar na escola, independentemente do domínio da palavra escrita, é capaz de verbalizar suas experiências acerca do mundo que a rodeia. É a manifestação da leitura da realidade. Esse tipo de leitura faz emergir a expressão infantil independente do código escrito, a escola favorece o processo de alfabetização, entendido não como mera decodificação de signos. A este respeito manifesta-se Piletti (1994):

“Para propiciar essa leitura é preciso transformar a sala de aula num ambiente estimulador das mais variadas situações, o que irá permitir que as crianças manifestem a leitura que fazem do real que as cerca.”²³

²² Emilia Ferrero e Ana Teberosky: Psicogene da Língua Escrita, Porto Alegre, 1985/ pág. 26.

²³ Clauderio Piletti: Didática Especial, S. Paulo, 1994/ pág. 18.

Pode-se afirmar que para a aprendizagem da leitura e da escrita a criança, de forma geral, precisa compreender não só de que forma ela é graficamente representada, mas o que ela representa linguisticamente.

As crianças com necessidades educativas especiais sentem as dificuldades mais intensamente uma vez que a decodificação de signos e símbolos é mais demorada.

Vários aspectos podem dificultar a aquisição da leitura e escrita destas crianças, anomalias na maturação do sistema nervoso central podem ocasionar um retardamento na escrita, a falta de coordenação entre o que a criança se propõe a fazer e a respectiva ação esta falta de sintonia entre o pretendido e o realizado provoca desequilíbrio especialmente afetivo com repercussões de ordem social nas áreas motora e perceptiva.

Sabe-se também que a linguagem é fator preponderante para que aconteça, com a criança com necessidades educativas especiais, a socialização, Berger e Berger manifestam-se a esse respeito assegurando que:

“ao assenhorar-se da linguagem a criança aprende a transmitir e reter certos significados socialmente aceitos (...) E é também por meio da linguagem que adquire a capacidade de refletir.”²⁴

Sabe-se, no entanto, que as dificuldades de educar essas crianças, exprimem um ritmo de aprendizagem mais lento na leitura e escrita, mas não impedem o desenvolvimento delas, podem colocar algumas barreiras mas não fecham todos os caminhos há necessidade de se descobrir a forma como cada sujeito assimila para promover situações significativas de aprendizagem e capacitar professores para trabalharem com a diferença e a diversidade em sala de aula.

²⁴ Peter Berger e Brigitte Berger: Socialização como Ser um Membro da Sociedade; Rio de Janeiro; 1992.

10. A Construção da Identidade

O processo de socialização da criança começa muito cedo e é através dele que são adquiridas as características que distinguem os seres humanos de outros animais, é através do contato humano que a criança adquire a linguagem e passa por meio dela a se comunicar com outros seres humanos e organizar seu pensamento.

Este processo é extremamente complexo e desenvolve padrões típicos de comportamento da criança. A personalidade e a construção da própria identidade como Oliveira (1996) define:

“a trajetória do sujeito para a construção da identidade passa também pelas suas relações nos primeiros anos de vida, ou seja, basicamente na socialização primária com pessoas significativas para sua história de vida.”²⁵

Sabe-se portanto que é através do convívio social que a criança constrói a sua própria identidade e é nele também que se criam condições para o aparecimento da consciência que tem como objetivo a distinção entre o que é estável e real e o que é vivido subjetivamente.

A primeira infância é a fase da vida em que as estruturas básicas da personalidade são lançadas, sendo que o desenvolvimento dos pontos de vista físico, cognitivo e emocional ocorre dentro do contexto psicossocial caracterizado pelo surgimento dos seguintes aspectos: “aquisição da linguagem articulada, desenvolvimento emocional e senso moral”(Vygotsky, 1979).”²⁶

²⁵ Sonia Grubits de Oliveira: A Construção da Identidade Infantil; 1996/ pág. 30

²⁶ Vygotsky Lev: Pensamento e Linguagem; 1979/ pág. 40.

A criança dessa fase possui um comportamento social considerando-se como centro de todas as coisas e é fundamental que se trabalhem as relações com outras pessoas para que aos poucos, ela vá percebendo que ocupa um espaço que não tem mais centro, que ela pode interagir favorecendo e sendo favorecida pelos vínculos que criar.

A criança vive influências em suas relações plenificadas de afeto e isto é indispensável para seu desenvolvimento social e cognitivo, se ela tem necessidades educativas especiais isto se torna mais presente uma vez que construir uma identidade social para esta criança é bem mais difícil do que para as chamadas “normais”. Faz-se necessário no entanto que ela conviva com crianças que tenham um grande círculo de amizades pois a diversidade enriquece o vocabulário da criança e a deixa mais apta a se expressar quando for necessário.

Sabe-se, no entanto, que a construção de identidade e personalidade para uma criança com necessidades educativas especiais, dependendo do grau de comprometimento que ela apresenta, é bem mais difícil do que para aquela que é “normal”.

A criança especial precisa interagir com outras crianças para desenvolver sua autonomia, identidade e conhecimento compartilhado. E neste compartilhar que a criança aparece como personagem principal. Conforme as palavras de Madalena Freire (1979):

“para aprender as vezes, é preciso uma situação de entimismo; sessões de intimidade. Alguns alunos não entendem estando só no coletivo. Aprender requer uma temperatura afetiva.”²⁷

Neste ponto de vista para se construir uma identidade social e individual a criança precisa de intimidade com outras crianças, pois é na troca afetiva que ela vai se descobrir como pessoa e construir sua própria identidade.

²⁷ Madalena Freire et all: Série Seminários; S. Paulo/ 1979.

11. A Família

A consciência de pertencer a um grupo e de individualizar-se através do grupo é uma característica essencialmente humana.

Como já se sabe a vida social responde as necessidades do ser humano, desde necessidades biológicas até psicológicas e propriamente sociais. Assim, viver em grupo para uma criança segundo Antunes (1993) “significa a sua própria socialização a sua entrada no mundo.”²⁸

Desde muito cedo a criança já se encontra participando de um grupo social – a família. No cotidiano familiar ela estabelece suas primeiras e fundamentais relações com as pessoas e o meio ambiente. Aprende desde as coisas mais simples e triviais como segurar um copo e nele beber como utilizar garfo e faca e tantos outros comportamentos básicos para sua vida em sociedade.

Partindo destes princípios pode-se verificar que a Educação Inclusiva diz respeito sobretudo à família, na verdade a adaptação da criança especial se inicia muito antes da ida dela para a escola, a forma como os pais vão agir com ela vai caracterizar sua vida no grupo escolar, pois o início da vida escolar marca também a saída de um espaço familiar restrito para um mundo mais amplo, mas possibilitar que a criança saia para o mundo é um processo que primeiro precisa ser assimilado e elaborado pelos pais para no momento seguinte ser concretizado.

Para que isto aconteça de forma natural e sem traumas para a criança a família tem que antes Ter-se preparado e preparado esta criança para fazer parte de um grupo social mais extenso.

Sabe-se, no entanto, que nem todas as famílias recebem a criança especial da mesma forma, há aquelas que mantêm a criança longe do mundo por vergonha ou medo de

sofrerem preconceito isolando-o do convívio social a que toda a criança tem direito. Existem, no entanto, as famílias que recebem a criança com muito amor e desde cedo tentam envolvê-la no grupo familiar e mais tarde fazê-la interagir no grupo escolar.

A verdadeira inclusão parte antes da família para depois se prolongar em outros grupos, pois para o adolescente especial ou não, Ter um grupo é afirmar a sua individualidade.

A criança especial se enriquece através de outros grupos e é neste sentido que a família precisa intervir, pois é no grupo que a criança aprende a viver socialmente e também a se tornar uma criança autônoma, capaz de compreender a sociedade e nela agir conscientemente.

²⁸ Aracy do Rêgo Antunes: Estudos Sociais Teoria e Prática; Rio de Janeiro/ 1993.

Conclusão

A chamada Educação Inclusiva teve seu início nos Estados Unidos através da Lei Pública de 1975 e entende-se por educação inclusiva a inserção dos alunos portadores de necessidades educativas especiais ou que apresentem distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino.

A escola inclusiva apesar de ser uma questão profundamente discutida desde a década de 70 ainda encontra entraves na sua funcionalidade.

A educação inclusiva deve ter um caráter humanizante, pois deve ser um lugar de vivências onde todos cresçam e descubram as relações homem/mundo, os educadores conscientes tornando a aprendizagem significativa.

Vale ressaltar que nem sempre os professores têm poder de decisão nas questões fundamentais da prática pedagógica.

A Escola Inclusiva apesar de ser uma questão discutida e rediscutida, nota-se ainda uma certa resistência das escolas em receber alunos com algum tipo de deficiência.

Os entraves colocados pelas escolas são geralmente estruturais e a falta de profissionais com preparação específica para atender os alunos com necessidade educativa especiais.

Para que a inclusão aconteça verdadeiramente as escolas devem se preocupar em preparar seu corpo docente revendo posturas e adequando seus planos e metodologias, respeitando a prática pedagógica.

Faz-se necessário portanto uma compreensão abrangente sobre as deficiências e de uma concepção clara dos objetivos da escola inclusiva, para que haja a colaboração

dos pais de crianças não deficientes o que permitirá que seus filhos ajam com espontaneidade com as crianças com necessidades educativas especiais.

Será mais fácil para estes alunos acertarem a própria deficiência se os não-deficientes da comunidade escolar os receberem bem e conviverem com eles de modo solidário respeitando as condições de aprendizagem de cada um.

Bibliografia

- 1) Luiz Antônio de Carvalho Franco. A Escola do Trabalho e o Trabalho da Escola. S. Paulo 1991.
- 2) Organização das Nações Unidas 1959.
- 3) UNESCO. Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais na Educação 1994.
- 4) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- 5) Constituição Federal de 1988.
- 6) Constituição Estadual de 1989.
- 7) UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento de Ação. Necessidades Educativas Especiais. Salamanca. Espanha 1994.
- 8) M. C. Garcia. Formação de Professores para uma Mudança Educativa. Lisboa 1999.
- 9) Peter Berger e Brigitte. Socialização Como Ser um Membro da Sociedade. Rio de Janeiro 1992.
- 10) Ernest Fisher. A Necessidade da Arte. Rio de Janeiro 1981.
- 11) Johan Huizenga. Homo Ludens. O Jogo como Elemento de Cultura. S. Paulo 1971.
- 12) Jean Piaget. A Formação do Símbolo na Criança. Rio de Janeiro 1971
- 13) Jean Piaget. Seis Estudos de Psicologia. Rio de Janeiro 1969.
- 14) Emília Ferrero e Ana Teberosky. Psicogenes de Língua Escrita. Porto Alegre 1985.
- 15) Claudeno Piletti. Didática Especial . S. Paulo 1994.
- 16) Sônia Grubits de Oliveira. A Construção da Identidade Infantil. 1996.
- 17) Lev Vygotsky. Pensamento e Linguagem. 1979.
- 18) José Carlos Libâneo. A Democratização da Escola Pública. São Paulo 1990.
- 19) Maria das Graças Nicolett Mizukari. As Abordagens do Processo. São Paulo 1996.
- 20) Ica oliveira de Almeida Vianna. Planejamento Participativo na Escola. São Paulo 2000.
- 21) Maria Tereza Nidelcoff. Uma Escola Para o Povo. São Paulo, Brasiliense 1980.